

Espaço Público e Acontecimento

CALEIDOSCÓPIO

OS JOVENS E A CIDADANIA: A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO MEDIÁTICO

Talvez nunca se tenha falado tanto de cidadania como nos nossos dias, mas provavelmente este conceito evolutivo nunca foi de tão complexa definição. A construção social e mediática da juventude e das suas relações com a cidadania tem-se revelado complexa e nem sempre positiva, mas é fundamental para melhor percebermos o que pode ser a cidadania e a sua relação com o espaço público na actualidade.

Apesar de a Internet ter um papel fundamental entre os jovens, queremos pensar esta questão por uma via que não rejeita o papel dos *media* tradicionais junto dos jovens, até porque alguns estudos, de certa forma em contra-corrente, revelam precisamente que pelo menos os jovens mais empenhados têm uma relação com os *media* que não se resume aos novos *media*.

Neste espaço alargado, é também importante problematizar os meios a que recorrem os jovens, importantes consumidores de Internet, na hora de tomar uma decisão importante, e onde recolhem informação, uma vez que a credibilidade da mesma é cada vez mais difícil de apurar.

Cidadania em evolução

Numa sumária resenha histórica, identificam-se os primórdios da cidadania na Grécia Clássica, sendo utilizada para se referir aos direitos dos cidadãos que viviam e conviviam na *polis*. Na Roma Antiga, a cidadania era também considerada sob um ponto de vista legal: *o cidadão protegido pela lei*.

Maria José Brites

Universidade Lusófona do Porto
FCT/CIMJ

MARIA JOSÉ BRITES

As origens da cidadania são visíveis nas disposições legais que atribuem direitos cívicos aos indivíduos, aos cidadãos, e acabam por se estender à política com a implantação dos estados democráticos liberais, nos séculos XVIII e XIX, embora estivesse longe de abranger os indivíduos de forma equitativa.

Nesta época, porém, esta ideia de cidadania estava ainda confinada a grupos restritos de pessoas. A noção de cidadania foi acolhendo os pressupostos de responsabilidade e de participação cívico-política e incorporando os direitos socioeconómicos, políticos e culturais. O cidadão conquistou direitos e deveres e começou a ser recolocado no centro de participação e de responsabilização social. Esta responsabilização social, aparentemente universal, não atingiu de forma igualitária todos os cidadãos. Em termos formais, as mulheres só conquistariam o direito de voto muitos séculos mais tarde¹. Em termos reais, a obtenção da democracia tem sido feita a várias velocidades, apesar de o conceito parecer ser igualitário.

Os movimentos operários dos finais do século XIX relacionavam-se com os direitos de associação e de satisfação de reivindicações dos operários. Aqui os direitos colectivos sobrepunham-se aos individuais, uma situação que foi potenciada igualmente no pós-I Guerra Mundial, numa altura em que se extremavam posições políticas que oscilavam entre as democráticas e as ditatoriais.

Já após a II Guerra Mundial a regeneração democrática abriu portas a uma luta renovada pelos direitos de cidadania, potenciada pela paz, pelo reforço da estabilidade económica e da educação e pela atenção às políticas sociais.

A acalmia social e política sobrepôs o indivíduo ao colectivo no que respeita aos valores de cidadania, este novo período vem reforçar o papel interventivo do indivíduo, a sua responsabilidade de participação cívico-política. O individualismo vem servir para ressaltar as diferenças entre as pessoas, contribuindo para um processo de emancipação, com autonomia e bem-estar pessoal, centrado nos projectos pessoais. Numa primeira instância, o individualismo foi, podemos dizer, positivo, mas acabaria por contribuir para uma certa desorganização social.

Neste período que se seguiu à II Guerra Mundial – em 1948 foi adoptada a Declaração Universal dos Direitos do Homem e em 1959 a Declaração Universal dos Direitos da Criança² – houve outros tumultos sociais por causa da luta de direitos. A cidadania cruzou-se com o conceito de direitos humanos. Isto, muito em consequência de uma tendência de integração política que não foi acompanhada de uma integração social. As esperanças subjectivas nem sempre acompanham as realidades objectivas. *Por isto mesmo os excluídos traduzem o défice da cidadania.*

O pressuposto de que os “homens são livres e iguais em direitos”, como já assinalámos, deixa de fora a noção efectiva de *desigualdades*. E houve muitas pontas soltas neste processo de interiorização histórica da concepção de cidadania.

¹ Em Portugal, apenas em 1931 é que foi concedido o direito de voto às mulheres com um grau universitário ou com o secundário concluído, excluindo também neste âmbito todas as outras que não se incluíam não tinham este nível de instrução.

² “Princípio 7.º – A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade.” Neste 7.º princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança, estabelecem-se importantes noções de cidadania afectas às crianças e à sua condição de cidadãos.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

O espaço público onde se desenrolam as actividades de cidadania está, por isso, muito longe de ser o ideal e de ser composto por indivíduos que de uma forma linear discursam e deliberam. Historicamente, as mulheres foram alvo de exclusão social e política, sendo impedidas social e legalmente de exercerem em pleno a sua condição de cidadãs. O movimento feminista, fortemente influenciado pela Revolução Francesa e pelas revoluções do século XVIII, no século XX foi reforçado, especialmente na década de 60, tentando o feminino conquistar um estatuto de igualdade.

Nos casos já apontados das mulheres e das crianças não estamos perante minorias, mas a cidadania é também enfraquecida pela falta de reconhecimento dos indivíduos e dos grupos em que se inserem algumas minorias como as étnicas e as sexuais, que adquirem maior visibilidade através dos *media*. Outras minorias começam a revelar-se: os *desempregados*, os que não têm acesso ou que não sabem usar as tecnologias *Web*, ou seja, os *Web-excluídos*.

As novas cidadanias

Actualmente, a definição de cidadania está mais centrada nas denominadas *novas cidadanias*, associadas ao quotidiano, designadamente aos jovens e às suas formas de participação nas problemáticas sociais e políticas. É um conceito diversificado e de difícil concepção, mas sem o qual as sociedades já não podem conviver, porque agita as estruturas político-sociais.

A ideia de cidadania parece alargar-se e a de política parece estreitar-se. Ou seja, é difícil privar o conceito de cidadania de elementos que se afastam da política e o campo político restrito parece interessar cada vez menos a um maior número de cidadãos, que já não se revêem na política tradicional.

As novas cidadanias, mais ligadas ao quotidiano, estão a entrar no léxico do conceito de cidadania. É, porventura, neste contexto que devem ser entendidas as manifestações dos jovens ligadas à cidadania, sendo que *in extremis* a utilização do voto como acto de cidadania continua a ser fundamental num exercício que simultaneamente é um direito e um dever.

Este é um dos meios que os cidadãos usam para praticarem o direito de cidadania e de se posicionarem politicamente. Este voto deve ser consciente. “Exige-se ao eleitor que, com um certo grau de capacidade de juízo e de conhecimentos, se interesse e participe nas discussões públicas para que, racionalmente guiado pelo interesse comum, colabore no estabelecimento do correcto e do justo como critérios de actuação política” (Habermas, 1984: 247). Este acto é de facto uma ultimização do poder político dos cidadãos. Em última estância, é nesta fase terminante – e, também, primeira – que os cidadãos podem exercer a sua opinião. Mas será que mesmo esta última estância é deliberativa? Reportando-se aos indecisos, Habermas alerta que “os votos daí resultantes, mesmo somados, não acabam redundando numa opinião pública, pois nenhuma das suas condições está preenchida: as opiniões formais não se formam de modo racional, ou seja, através de um debate consciente” (1984: 258).

Até à idade em que se pode votar, no caso português aos 18 anos, há a possibilidade de exercício de outras formas de cidadania, o que mostra que o voto não é a única opção. Este é

MARIA JOSÉ BRITES

apenas um exemplo a que nos poderemos referir para darmos conta de que a cidadania política e a actuação no espaço público têm outras formas de expressão (participar em manifestações, fazer parte de associações juvenis, usar e criar cultura de intervenção – algumas músicas são manifestações políticas e sociais – e ser activo na comunidade escolar, assinar petições, entre outras). As crianças e os jovens são detentores de direitos e de deveres que os tornam cidadãos e, como tal, capazes de exercerem a sua cidadania, mesmo não podendo votar.

Na década de 90³ em Portugal os jovens usaram o direito à manifestação de forma mediática – proporcionando acontecimentos jornalísticos –, tanto para situações que lhes diziam directamente respeito, como em temas globais de direitos humanos.

A participação na esfera política pode envolver diversas actividades – votar, tornar-se informado sobre política, expressar opiniões, trabalhar para uma campanha (Hart, 2001: 408). O funcionamento do espaço público nesta nova sociedade aberta não é mais fácil e uma dessas dificuldades prende-se desde logo com os “novos” actores políticos que ali se movimentam: as associações, os movimentos culturais, os empreendedores (Wolton, 2005: 94).

Os jovens: novo espaço público

A importância da relação dos jovens com a política/cidadania é visível através da mediação que o tema tem adquirido na nossa sociedade, evidenciando pluralidades.

Porque nem todos os jovens percebem as conexões políticas do mesmo modo, parecidos, desde logo, importante encarar o conceito de juventude num âmbito plural, nas suas mais diversas faces. As *juventudes* mostram preocupações diferenciadas pelas questões políticas e de cidadania, tendo em conta as suas próprias necessidades e o contexto em que se inserem os seus problemas e vivências quotidianas.

Por isto mesmo, para autores como Dahlgren e Olsson, a desmotivação aparente dos jovens pela política e pela cidadania política tem-se tornado num assunto preocupante e difícil de enfrentar. Neste contexto, tem-se, tradicionalmente, dado atenção a dois aspectos: por um lado, ao papel da Internet como meio que facilita a participação na esfera pública e a participação política; e, por outro, a existência de novas formas de participação política (Dahlgren e Olsson, 2008: 493).

Estes dois eixos são fundamentais nesta análise do problema e, julgamos, podem ser encarados, também seguindo Dahlgren e Olsson, como indicadores, no sentido que o papel dos novos media pode ser “qualificado e filtrado através de enquadramentos das culturas cívicas, espe-

³ Na década de 90, em Portugal, um acontecimento, a luta pelo direito à auto-determinação do povo timorense, dominou parte das agendas mediática e política, designadamente ao nível da política internacional. É preciso não esquecer que muitas das manifestações e actuações em prol desta causa foram encetadas por jovens. Também nesta década, no âmbito educativo, assistiu-se a manifestações juvenis contra as políticas de educação da então ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite (1994). Esta geração foi identificada num editorial do histórico director do Público Vicente Jorge Silva como a “geração rasca”, a propósito de algumas das formas de manifestação assumidas pelos jovens.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

cialmente no âmbito da dimensão das identidades cívicas. Conceptualizamos culturas cívicas como padrões que oferecem recursos relevantes para o comprometimento político” (Dahlgren e Olsson, 2008: 493).

É indispensável encarar o assunto numa perspectiva multifacetada, tendo em conta as diferenças de interesses e de motivações cívicas dos jovens e as diferentes formas de usos e compromettimentos com a Internet e os seus diferentes recursos. O “uso político da Internet” será condicionado pelas motivações pessoais e grupais dos seus jovens utilizadores e só pensando nessas diferenças será possível sair da generalização e da diversidade da *Web*.

É importante notar que a *história do espaço público passou de um modelo vertical, onde os seus intervenientes se dispunham de uma forma hierárquica, para um modelo horizontal, onde os seus manifestantes se posicionam de uma forma mais universal, embora também com hierarquias, quanto mais não seja entre quem tem e entre quem não tem acesso a este novo espaço público. Este novo modelo potencializa a participação, designadamente a juvenil.*

A reconfiguração do espaço público inclui mais do que uma simples configuração geográfica, tornando-se a manifestação comunicacional relativamente indiferente ao espaço físico em si mesmo (Dahlgren, 2001: 37). O espaço público transforma-se, assim, em *espaços públicos* (Dahlgren, 2001: 39): Assim considerados podem fazer relevar as diferentes experiências e contextos de vida que são fundamentais para olharmos para os diferentes públicos na sua pluralidade.

No novo espaço público, “a comunicação política é [...] esse *motor* invisível do espaço público onde se organiza a relação entre os pontos de vista contraditórios dos actores políticos, dos *media* e da opinião pública” (Wolton, 2005: 91 e 92).

Podemos encarar duas perspectivas do espaço público, uma mais restrita e outra mais alargada ou expansiva. A visão mais restrita é mais clara e distingue melhor a arena política; a mais alargada é mais difícil de delimitar, uma vez que transporta para si mesma uma atenção mais alargada da sociedade civil.

As balizas do espaço público devem, assim, ser entendidas com alguma elasticidade, “as fronteiras do espaço público, enquanto espaço comunicativo, são até certo ponto analiticamente negociáveis e politicamente contestáveis” (Dahlgren, 2001: 40). A solução será encarar o espaço público como um processo e não de uma forma totalmente delimitada em termos políticos.

“Quando pensamos em poder, o que aí está em causa é uma definição de atitudes políticas por parte dos indivíduos: acções directa e indirectamente associadas a um sentido político – ele próprio gerado como articulação significativa de conteúdos e formas de discurso” (Esteves, 2003: 129). Estas acções não acontecem de um modo pré-determinístico mas sim com a interacção de diversas variáveis. É no espaço público que se criam as condições fulcrais para a participação dos cidadãos na acção política, não de uma forma estática mas também efectiva.

“A acção inovadora dos públicos provém da sua interacção regular com as diferentes instituições sociais (instituições políticas incluídas, mas não só)” (Esteves, 2003: 30).

Esta necessidade de pensar nos limites do espaço público (Esteves; Wolton; Dahlgren) é em parte motivada pelos novos *media*. Nem todos são estritamente relacionados com a acção polí-

MARIA JOSÉ BRITES

tica, mas as fronteiras da definição do que é política também se alteraram. Então temos um duplo problema de definição de fronteiras.

Embora a comunicação não seja o centro da democracia, já não há política sem comunicação. Só “favorecendo a aproximação entre políticos e cidadãos é que as possibilidades de um equilíbrio entre a política e a comunicação se podem concretizar” (Wolton, 1999: 170).

Os jovens: a importância dos *media*

Partindo, então, do princípio de que os *media* têm um papel importante neste processo de aproximação dos jovens às cidadanias, parece-nos, como já avançado, que as movimentações que ocorrem no espaço público devem ser entendidas numa perspectiva em que os *media* não são espaços de ruptura entre os velhos e os novos *media*, mas sim como espaços e meios co-existent.

A necessária complementaridade entre os diferentes meios de comunicação permite a existência de um espaço comunicativo que pode ser explorado nas suas mais diversas facetas, contribuindo para o estreitamento de relações em sociedade.

Os *media*, sejam eles novos ou tradicionais, são configurados e filtrados tendo em conta os enquadramentos culturais. A Internet e os espaços que lhe estão associados devem ser encarados como componentes de um todo que se pode tornar relevante para a participação política (Dahlgren e Olsson, 2008: 494), que pode ter uma manifestação horizontal, no âmbito da interactividade em rede que a Internet permite.

Não pretendemos, assim, seguir uma linha que encara a Internet – meio cujo estudo ainda é difícil de operacionalizar – de uma forma excessivamente optimista, como a salvadora da democracia, nem como excessivamente pessimista, como é para alguns. Pretendemos olhar para a Internet como meio comunicacional, que tem formas de linguagem diferentes mas que ao mesmo tempo incorpora meios anteriores.

A Internet é uma inevitabilidade do espaço público, mas a problematização do espaço público não deve ser reduzida a factores meramente tecnológicos. Será que a Internet é melhor do que a televisão, será que a televisão é melhor do que a Imprensa escrita? Não fazem sentido as perguntas muito direccionadas para a ideia de estarmos ou não a favor das tecnologias e de saber qual é a melhor. Será mais importante perceber se a Internet trouxe mudanças nos modelos políticos e sociais e como isso afecta as nossas relações sociopolíticas.

Julgamos que é necessário problematizar e encarar todos os *media* sem preconceitos como modelos de interactividade, embora tendo atenção aos constrangimentos que podem diminuir capacidades aparentemente democráticas da Internet, que ainda não está ao alcance de todos, nem particularmente de todos os jovens.

“A heterogeneidade do espaço público dos nossos dias não é apenas social, mas também simbólica, ao nível das linguagens e das formas de produção do sentido que constituem a comunicação pública, onde se incluem necessariamente os *media*. [...] A Internet (e as suas lingua-

OS JOVENS E A CIDADANIA...

gens) é tão vulnerável a uma ideologização quanto os outros *media* ou a própria linguagem do dia-a-dia” (Esteves, 2003: 191 e 192).

Neste espaço heterogéneo, é preciso não esquecer o quotidiano social dos jovens – que vai além do papel fulcral dos *media*.

Neste seguimento, reforçamos uma ideia de internet como um “elemento integrado num vasto conjunto que é relevante no que respeita à participação política – não pode ser compreendido de forma isolada” (Dahlgren e Olsson, 2008: 494). A Internet ainda não se apresenta como a resposta para evitar o descomprometimento político dos jovens, embora possa apoiar o desenvolvimento de capacidades e de literacias fundamentais quando falamos em participação (Livingstone *et al.*, 2007: 32), pensando-a num contexto mais vasto da vida quotidiana, seja ela *online* ou *offline*.

É inegável, porém, que a Internet é configurada como um espaço de “motivação” que necessita da acção directa do seu utilizador para que o espaço e a triagem do que apresenta resultem em prol do conhecimento, designadamente do político. Qual o papel dos *media*? Vários estudos indicam que a leitura de jornais está mais associada a jovens “comprometidos”. A escolha já é uma implicação, ao passo que o uso da Internet está tão disseminado que é preciso procurar na sua vastidão os elementos relevantes em termos políticos.

Neste novo formato espacial, cria-se espaço para renovadas formas de participação política, sobretudo juvenil (Dahlgren e Olsson, 2008: 493). Não nos interessa encarar estas novas formas de um modo espartilhado, mas sim de um modo multidisciplinar, sendo reconfigurado o enfoque para os cidadãos e suas manifestações, relacionadas com as suas memórias colectivas e com as suas manifestações do momento.

A forma como os jovens e os *media* se movimentam nestas relações no espaço público vai introduzindo renovações ao nível dos conceitos – designadamente de juventude(s) e de cidadania/política –, das formas de participação e dos espaços mediáticos envolvidos nesta relação.

“Esta perspectiva de revitalização do espaço público não pode ignorar, pois, o papel que cabe aos *media*, mas isto não significa nem autoriza de qualquer modo uma avaliação incondicional da sua importância” (Esteves, 2004: 35).

Segundo Dahlgren e Olsson, a perspectiva culturalista permite “conceptualizar os factores que podem promover ou impedir a participação política” (2008: 497), partindo do princípio de que há várias formas de potenciar a cidadania, sejam elas legais, sociais, económicas, educacionais, entre outras. Os mesmos autores consideram que a cultura cívica pode ser modelada por seis dimensões dinâmicas: a do conhecimento, a dos valores, a da confiança, a dos espaços, a das práticas e das capacidades e, por fim, a das identidades. Ou seja, numa perspectiva dinâmica, que nos parece fundamental.

No que respeita ao elemento conhecimento, os autores consideram que é preciso que os cidadãos possuam conhecimento para conseguirem participar politicamente. “As pessoas devem ser capazes de produzir sentido sobre o que circula na esfera pública, para entenderem o mundo em que vivem” (Dahlgren e Olsson, 2008: 498).

Aqui assume-se o papel histórico dos *media clássicos*, como a *imprensa*, na reconfiguração dos espaços públicos, o mesmo acontecendo com os *media electrónicos*. Nestes novos espaços é possível

MARIA JOSÉ BRITES

desenvolver as culturas cívicas e as acções políticas a elas associadas. Os espaços virtuais tornam-se cada vez mais físicos. No que respeita à questão das identidades, podem ser multifacetadas, mas há elementos identitários comuns que tornam a envolvimento cívica mais forte e que promovem as actividades cívicas, o que possibilita afinidades cívicas e políticas que reforçam posições.

A análise do uso da Internet num espaço de jovens politicamente activos é decisiva, sem sombra de dúvida, e vai fornecendo dados sobre identidades. O estudo empírico de Dahlgren e Olsson (2008: 503 e 504) com jovens ligados a partidos políticos e com jovens ligados a organizações e movimentos cívicos alternativos foi-nos dando algumas pistas.

Os autores deram conta que a Internet é uma ferramenta importante para qualquer um dos grupos. Nas organizações cívicas, que não tinham a mesma estrutura organizativa dos partidos políticos, a Internet foi um meio relevante para a troca de informações entre membros e para a procura de informações específicas, que não tinham a mesma cobertura relevante por parte dos meios informativos tradicionais. Nestes casos, a Internet tornou-se um meio de facto aglutinador de informações e de ligação entre os membros do grupo. Sendo este um estudo exploratório, ficaram várias questões por responder, lançando-se pistas para futuras pesquisas: O que faz com que estes cidadãos sejam mais activos politicamente? Quais são os movimentos cívicos que têm uma base política? Quanto mais envolvidos mais se diversificam nos meios onde vão buscar informação?

Olsson (2008) indica que os jovens politicamente activos usam a Internet para lerem os jornais *online* para serem mais informados e também para conseguirem informação em primeira mão. Há aqui uma evidência da procura de informação valiosa e credível para os seus interesses. Será que este tipo de procura de informação é que pode fazer da Internet um espaço de valorização e revitalização do espaço público?

Desinformação conduz a falta de motivação política?

No contexto global tem sido reclamada a falta de envolvimento dos jovens com a política, por exemplo no espaço europeu (Forbrig, 2005: 7), designadamente ao nível do voto eleitoral e da participação em partidos políticos e organizações tradicionais ligadas à política. Porém, há igualmente quem advogue que os adultos é que não estão a querer ver que os jovens têm uma participação efectiva. Mas nos termos deles, nos novos termos deles.

Alguns estudos indiciam que o facto de os jovens não se sentirem suficientemente informados faz com que optem pelo absentismo eleitoral. Importa saber, no contexto de uma sociedade mediatizada, o que falha na comunicação entre estes dois lados de uma mesma face da cidadania. Será que o problema pode estar na ineficácia das mensagens políticas, incapazes de se coadunarem com a linguagem dos jovens? (Kaid *et al.*, 2007: 1097). Será que os jovens se sentem excluídos deste *mundo sério* e aparentemente apenas destinado a quem já tem maturidade e idade suficiente para decidir?

Por seu lado, a construção social dos acontecimentos jornalísticos ligados à juventude tem sido marcada por imagens negativas dos jovens. O jornalismo interessa-se em demasia por notícias *soft*:

OS JOVENS E A CIDADANIA...

“Em resposta a uma situação intensamente competitiva, as empresas jornalísticas aligeiraram a cobertura jornalística dos acontecimentos” (Patterson, 2003: 19), e reforçaram o gosto jornalístico pelo que é negativo. Este mesmo autor considera que as notícias leves e negativas afastam os cidadãos da política, deveriam dar lugar a um jornalismo mais credível que atraísse e convidasse os cidadãos a interessarem-se mais pelo jornalismo e pela vida pública (2003: 42 e 44). Este é, aliás, um dos motivos apontados para o afastamento dos jovens da política.

Durante muitas décadas prevaleceu a ideia de que os assuntos que dominavam a agenda dos *media* indicavam a sua relevância junto da opinião pública, hoje em dia este conceito está de certa forma ultrapassado na sua base estrita. Kiouisis e McDevitt (2008: 491), citando o pai da teoria do *agenda setting* McCombs (2004), alertam para a existência de múltiplas instituições que entram neste processo de agendamento público. Com referência ao pensamento de McCombs, chamam a atenção para o facto de existirem várias agendas e “agendadores”, como a família, os amigos, a escola e os *media*, entre outros.

A ideia da aplicação do *agenda setting* à questão da socialização política dos jovens tem a sua pertinência porque alguns estudos apontam para o facto de os jovens se afastarem da política porque a agenda político-mediática os ignora, conforme já referimos anteriormente.

Tem havido pouca pesquisa a identificar como é que os meios noticiosos tradicionais podem encorajar os jovens a serem cidadãos mais activos (Cushion, 2009: 132). Cushion, baseado em inquéritos a 699 jovens no Reino Unido, no início da Guerra do Iraque em 2003, questiona: Como é que esta cobertura pode ser melhorada?

1. Mostrando mais a opinião dos jovens, em vez de mostrar a cobertura negativa dos jovens (2009: 133). A necessidade de desafiar a cobertura negativa dos *media* foi assinalada por diversos jovens, que davam como exemplo negativo o facto de os jornalistas privilegiarem falar com os jovens em protesto que mais irritados estavam, esquecendo os mais normais, e não apresentaram a diversidade dos manifestantes (2009: 136).
2. Fazer dos jovens produtores de conteúdos noticiosos (2009: 138).
3. Necessidade de contextualizar as notícias, dar a entender as motivações dos jovens cidadãos e o retrato mediatizado deles feito bem como apresentar as ligações aos assuntos políticos que os jovens levantam (Cushion, 2009: 139).

Estas são falhas decisivas neste debate. Entendemos que as notícias são uma forma de conhecimento público, enquanto elementos fundamentais de ligação entre o governo representativo e os cidadãos. A ausência deste elo de ligação faz com que os cidadãos se desinteressem. A confiança é fundamental para se estabelecer a ligação.

Os quotidianos

A interacção directa e indirecta dos jovens com os pais, os pares e os *media* é afectada pela experiência diária dos jovens. Estas mediações vão sofrendo alterações ao longo dos anos e das

MARIA JOSÉ BRITES

décadas, acompanhando a transição das sociedades e das suas características. As experiências e as vivências que os jovens têm da democracia são muito diferentes e acabam por condicionar as suas atitudes face à cidadania política.

Os pares são de uma influência extrema nas relações sociais juvenis, como advogam diversos autores, entre os quais um dos fundadores da Escola de Chicago Robert E. Park numa obra da década de vinte do século passado. Ao nível da educação política, essa influência é bastante acentuada, uma vez que os jovens acabam por conviver mais entre si do que no mundo dos adultos. Contudo, o espaço casa, fruto das interações com a família, e o espaço escola, também potenciado pelas relações entre colegas, continuam a ser pontos de confluência importantes.

Por isto mesmo, não deve ser descurada esta teia de relações entre pares que pode potenciar as implicações cívicas e políticas dos jovens.

Neste âmbito, as subculturas juvenis têm sido apresentadas como um factor de diferenciação de valores dos jovens em relação aos adultos, mas também como um reflexo das suas preocupações e dos seus valores sociopolíticos. O exemplo mais evidente será o da música, como já referimos, particularmente o *hip hop*, que incorpora nas suas letras e ritmos elementos de pensamento político.

A nós parece-nos, antes de mais, que há aqui um ponto intermédio, onde cabem novas formas de manifestação política, mais consentâneas com os problemas e as manifestações que afectam e preocupam o quotidiano dos jovens, mas também as propostas políticas tradicionais.

Os jovens começaram a adquirir competências, muitas vezes antecipando-se às dos seus próprios pais, como a capacidade de utilização dos *media* e de interagir politicamente com os colegas e a própria família (McDevitt e Kiousis, 2007: 1215). Logo, *intervêm activamente na sua própria socialização política*.

É, assim, interessante reformular perguntas e em vez de centrar o problema apenas na desmotivação aparente dos jovens, considerar a questão em contexto, tentando perceber papéis dos jovens e dos adultos, sendo que neste caso os *media* noticiosos devem ser encarados enquanto espaços de revitalização e de promoção de credibilidade, capaz de promover cidadãos mais informados e comprometidos politico-socialmente.

O *Ser*, o cidadão, vai-se adaptando e introduzindo ele mesmo novos meios de participação, ligados a velhos saberes, também necessitados de alguma renovação nas *formas* e nos *conteúdos* do espaço público em reconfiguração.

Notas conclusivas

Afigura-se incontornável a noção de que, na actualidade, e quando falamos de juventudes e de cidadania, o espaço público, em particular com a inclusão da Internet, desdobra-se em espaços onde os jovens lidam com o *ser* cidadão, com direitos e deveres. A inevitável intervenção dos *media* não se limita, porém, à Internet, também se cria da apropriação de outros meios tradicionais.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

Esta relação – igualmente favorecida pelos interesses do quotidiano e pelas relações sociais – parece mostrar que a noção de cidadania tem vindo a alargar-se, sobretudo potenciada por novas formas juvenis de expressão de sentimentos político-sociais. Importa, então, redefinir e alargar os limites do espaço público, que estimula uma participação mais universalizante, e actualizar o conceito do que é a política.

Optamos, assim, por um formato alargado do espaço público, onde nos parecem possíveis trocas fundamentadas de conhecimento político. Este espaço passou a funcionar segundo um modelo horizontal, permitindo que os seus manifestantes consigam ter mais possibilidades de se posicionarem.

Esta reconfiguração inevitável, de acordo com a própria evolução social, levanta, contudo, vários problemas para os quais ainda não há respostas muito satisfatórias. Uma delas tem precisamente que ver com esta triagem entre a informação trocada e que se relaciona com a cidadania política, com os locais onde se pode encontrar e ainda com a sua credibilidade.

Bibliografia

- CUSHION, S. (2009). "Discouraging citizenship? Young people's reactions to news media coverage of anti-Iraq war protesting in the UK." *Young* 17(2): 123-143.
- DAHLGREN, Peter (2008). "Television and Popular Civic Cultures: Public Sphere Perspectives". In *Democracy, Journalism and Technology: New Developments in an Enlarged Europe*. Tartu University Press.
- DAHLGREN, Peter (2006). "Civic participation and practices: Beyond 'deliberative democracy'." In *Researching Media, Democracy and Participation*. Tartu University Press.
- DAHLGREN, Peter (2001). "The Public Sphere and the Net: structure, Space and Communication". In *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* ed. W. Lance Bennett e Robert M. Entman. Cambridge, University Press.
- DAHLGREN, Peter e OLSSON, Tobias (2008). "Facilitating Political Participation: Young Citizens, Internet and Civic Cultures". In *The International Handbook of Children, Media and Culture*, ed. Kirsten Drotner e Sonia Livingstone. Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura, SAGE Publications.
- EISNER, Jane (2004). *Taking Back the Vote: Getting American Youth Involved in Our Democracy*. Beacon Press.
- ESSER, Frank e VREESE, Claes H. de (2007). "'Comparing Young Voters' – Political Engagement in the United States and Europe". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1195-1213.
- ESTEVES, João Pissarra (2004). *Espaço Público e os Média*. Lisboa, Edições Colibri.
- ESTEVES, João Pissarra (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa, Edições Colibri.
- FEILITZEN, Cecilia von e CARLSSON, Ulla (org.) (1999). *Children and Media Image, Education, Participation*. Gotemburgo, UNESCO – International Clearinghouse on Children and Violence on the Screen.
- FERNANDES, António Teixeira (2000). "O Estado na Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão". In *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora.
- FLANAGIN, Andrew J. e METZGER, Miriam (2008). "Digital Media and Youth: Unparalleled Opportunity and Unprecedented Responsibility." *Digital Media, Youth, and Credibility*. Editado por Miriam J. Metzger e Andrew J. Flanagin. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. Séries de Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 5-28.
- FORBRIG, Joerg (org.) (2005). *Revisiting Youth Political Participation*. Conselho da Europa.
- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário.
- HADDON, Leslie e SILVERSTONE, Roger (2000). "Information and Communication Technologies and Everyday Life: Individual and Social Dimensions". In *The Information Society in Europe*, editado por Ken Ducatel, Juliet Webster e Werner Herrmann. Boston, Rowman & Littlefield Publishers, inc.

MARIA JOSÉ BRITES

- HART, Roderick P. (2001). "Citizen Discourse and Political Participation: a Survey". In *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* ed. W. Lance Bennett e Robert M. Entman. Cambridge, University Press.
- KAID, Lynda Lee *et al.* (2007). "Political Information Efficacy and Young Voters". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1093-1111.
- KIOUSIS, Spiro e McDEVITT, Michael (2008). "Agenda Setting in Civic Development: Effects of Curricula and Issue Importance on Youth Voter Turnout". *Communication Research* 2008.
- LIVINGSTONE, S., COULDRY, N. *et al.* (2007). *Youthful steps towards civic participation: Does the Internet help? Young Citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. B. D. Loader. Nova Iorque, Taylor & Francis e-Library.
- MCDEVITT, Michael e KIOUSIS, Spiro (2007). "The Red and Blue of Adolescence – Origins of the Compliant Voter and the Defiant Activist". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1214-1230.
- MELICAN, Debra Burns e DIXON, Travis L. (2008). "News on the Net: Credibility, Selective Exposure, and Racial Prejudice". *Communication Research* 2008; 35; 151.
- MESQUITA, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra, MinervaCoimbra.
- MIAILLE, Michel (2000). "Questões de Cidadania e Aprendizagem na Escola". In *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora.
- OLSSON, Tobias (2008). *An Indispensable Resource: the Internet and Young Civic Engagement*. In *Young Citizens and New Media*, Editado por Peter Dahlgren. Nova Iorque, Routledge.
- PATTERSON, Thomas E. (2003). *Tendências do Jornalismo Contemporâneo – Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia?*. Revista Media & Jornalismo, nº 2, MinervaCoimbra.
- ROSS, Hamish, MUNN, Pamela e BROWN, Jane (2008). "What counts as student voice in active citizenship case studies?: education for citizenship in Scotland". *Education, Citizenship and Social Justice* 2007; 2; 237. Sage.
- TEDESCO, John C. e Tech, Virginia (2007). "Examining Internet Interactivity – Effects on Young Adult Political Information Efficacy". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1183-1194.
- TEDESCO, John C. *et al.* (2007). "On the Young Voters' Agenda – Exploring Issue Salience During the 2004 Presidential Election". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1290-1297.
- TRAQUINA, Nelson (2002). *O que é Jornalismo?*, Lisboa, Quimera Editores.
- VAN DETH, Jan W. (2007). Norms of Citizenship. In *The Oxford Handbook of Political Behavior*, editado por Russel J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann. Oxford, Oxford University Press.
- WILHELM, Anthony G. (2000). *Democracy in the Digital Age*. Nova Iorque e Londres, Routledge.
- WILLIAMS, Andrew Paul (2007). "Framing the Youth in Campaign 2004 – Twenty Million Strong-Or Weak?". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1273-1279.
- WOLTON, Dominique (2005). *É Preciso Salvar a Comunicação*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- WOLTON, Dominique (2000). *E Depois da Internet?*. Miraflores, Difel.
- WOLTON, Dominique (1999). *Pensar a Comunicação*. Miraflores, Difel.